

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.738 - SP (2019/0095038-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**PROCON**  
**PROCURADORES : FREDERICO BENDZIUS E OUTRO(S) - SP118083**  
**MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON - SP106081**  
**RECORRIDO : CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL**  
**ADVOGADOS : JULIANA CORRÊA RODRIGUES SOUZA - SP169035**  
**LEANDRO BRAGA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP298488**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/SP, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 1.005-1.006):

RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. ADMINISTRATIVO. PROCON. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA. CANCELAMENTO DE RESULTADO DE PARTIDAS DURANTE O CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL DE 2005. VÍCIO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CARACTERIZADO.

Auto de Infração e Multa nº0551 série D5 lavrado pelo PROCON diante da não devolução dos valores dos ingressos após o cancelamento do resultado da partida, pela constatação de irregularidade na arbitragem que teria intencionalmente buscado influenciar o resultado da partida. Hipótese em que a anulação posterior do resultado da partida e repetição dos jogos não se caracteriza como vício na prestação de serviços. Evento esportivo devidamente realizado nas condições previamente estabelecidas, horário, local e área reservada no estádio que foram observados. Efetiva validade do resultado e repetição de jogo que não se caracterizam como vício na prestação de serviços a determinar à Confederação Brasileira de Futebol - CBF equiparada a fornecedor, nos termos do art. 3º do Estatuto de Defesa do Torcedor, a devolução dos valores dos ingressos. Procedimento adotado pela CBF que visou assegurar a imparcialidade da arbitragem e idoneidade da competição de caráter nacional. Insubsistente a lavratura do auto de infração e imposição de multa diante da não caracterização de violação ao disposto no art. 20 do Código de Defesa do Consumidor e art. 30 do Estatuto de Defesa do Torcedor. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 353-357).

Nas razões do especial, a insurgente alega violação dos arts. 20, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC); 3º e 30 do Estatuto de Defesa do Torcedor.

Sustenta que a Confederação Brasileira de Futebol se enquadra no conceito de fornecedora de serviços em conformidade com o CDC. Aduz que, em razão da má conduta da arbitragem, deve ser responsabilizada pelo vício na qualidade do serviço.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 1.088-1.090).

É o relatório.

Relativamente à existência de vício na qualidade do serviço, o Tribunal de origem, com suporte no acervo probatório, entendeu que não há que se falar em devolução do valor dos ingressos pagos pelos torcedores e em multa, uma vez que não ficou comprovado nenhum vício no evento disponibilizado aos consumidores (e-STJ, fls. 1.007-1.008):

Neste passo, a particular, caracterizada como fornecedora, foi autuada com base na responsabilidade pelo vício constatado em determinados jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005, especificamente relacionados à arbitragem que teria favorecido determinados resultados e que resultaram na anulação dos jogos e consequente repetição dos jogos.

Em que pese o escândalo e a repercussão do evento na época dos fatos, com a repetição dos jogos e o questionamento acerca da idoneidade da competição de futebol mais importante do país, não há se falar na responsabilidade à devolução do valor dos ingressos pagos pelos torcedores e da multa decorrente.

Isso porque, muito embora a particular, como organizadora do Campeonato Brasileiro de Futebol, seja equiparada à figura do fornecedor, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.671/2003, não se verifica hipótese de vício no evento disponibilizado aos consumidores.

Com efeito, a anulação do resultado final da partida, na qual os torcedores/consumidores compraram os respectivos ingressos e assistiram ao jogo, não se caracteriza como vício de qualidade a tornar impróprio o evento esportivo e tampouco a diminuir o seu valor.

Neste sentido, os consumidores compareceram ao evento esportivo nas condições previamente estabelecidas, notadamente quanto ao horário, local e área reservada no estádio, e, portanto, inexistente falha na prestação do serviço.

Vale aqui dizer, o questionamento posterior do resultado e da validade da partida, no âmbito do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005, é questão que não se insere mais na prestação de serviços disponibilizada ao consumidor, mas às demais associações desportivas que participam do campeonato organizado pela particular.

Fosse assim, a contrário senso, todos os torcedores/consumidores poderiam pleitear a devolução do valor dos ingressos, nas hipóteses em que houve efetiva falha na arbitragem e prejuízo de alguma equipe desportiva.

Da leitura do julgado combatido, deduz-se que a Corte local assentou orientação com base nas provas dos autos. Desse modo, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias demandaria o reexame do

# *Superior Tribunal de Justiça*

acervo provatório dos autos, desiderato incompatível com a via especial, conforme teor da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator